

A nova muralha de Adriano

No dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido saiu da União Europeia, após 47 anos de estreita cooperação nos destinos do projeto europeu – algo impensável até efetivamente se tornar realidade. Após esse momento iniciaram-se as negociações do Acordo de Comércio, que entrou em vigor em maio de 2021. As memórias das negociações ainda continuam vivas no dia de hoje, com divergências e poucas convergências quanto às opiniões. Facto é que, na prática, as consequências da decisão do Reino Unido esbarram até na mais simples ação do quotidiano

Bruno Santos Fonseca | *Expresso* | 31 de Janeiro de 2022

Construídos por quase uma década a partir do ano 122 d.C., os mais de 100 quilómetros da Muralha de Adriano representaram, durante mais de um milénio, a afirmação e o domínio romanos sobre a ilha da Grã-Bretanha — mais do que isso, porém, delimitaram o isolamento dos territórios que hoje constituem Inglaterra, Escócia e País de Gales.

Atualmente, essa muralha reconstrói-se de maneira figurada: para muitos defensores do projeto europeu, como eu, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte segue, desde o ‘Brexit’, um caminho de ostracismo crescente, numa pluralidade de dimensões; para os ‘Brexiters’, apoiantes da saída do Reino Unido da União Europeia, um caminho para a “soberania plena”.

O ‘Brexit’, esse longo e penoso percurso de sucessos e insucessos (a depender da perspetiva adotada), completará dois anos em 31 de janeiro de 2022, contados a partir da data em que o Reino Unido efetivamente abandonou o projeto europeu e grande parte dos seus valores; e pouco mais de um ano desde o início do Acordo de Comércio entre a União Europeia e o Reino Unido, aplicado a título provisório em 31 de dezembro de 2021, com entrada em vigor em maio de 2021.

Nestes últimos dois anos, as consequências têm esbarrado em inúmeras áreas do quotidiano, seja no comércio de mercadorias e na falta de bens essenciais; na questão da fronteira entre a Irlanda do Norte com a República da Irlanda; no aumento dos preços de bens e serviços, aliado à crise de combustíveis; na falta de mão de obra, qualificada ou não, cuja maioria era colmatada por uma imigração europeia (no início do ‘Brexit’, mais de 200 mil cidadãos europeus abandonaram o território britânico devido às novas regras de imigração estabelecidas).

Paralelamente, os reveses económicos e políticos ocasionaram grande impacto social, afetando o dia a dia de europeus e britânicos. Eu mesmo — por ironia, investigador do processo negocial do ‘Brexit’ — senti tais efeitos na minha primeira viagem a Londres após o Reino Unido ter saído oficialmente da União Europeia. Como tem acontecido com inúmeros cidadãos europeus que sentem as limitações após o fim da livre circulação de pessoas, fiquei retido no posto de controlo fronteiriço do aeroporto londrino de Gatwick para alguns esclarecimentos.

A burocracia e a tensão sentidas foram enormes. O meu passaporte ficou com os funcionários, enquanto fui encaminhado, com ordem de detenção temporária, para uma sala em que me fizeram perguntas para corroborar informações, uma vez que já tinha registos de entrada e saída anteriores ao 'Brexit'. Após os esclarecimentos, pude entrar no país, mas com a informação de que isto poderia voltar a acontecer.

Essa situação, apesar de anedótica e um pouco assustadora, fez-me sentir na pele as dinâmicas a que agora todos os cidadãos europeus têm de se sujeitar sempre que queiram entrar no Reino Unido — muralhas fronteiriças reerguidas e que afetam milhões de cidadãos europeus. Com a vigência do Acordo de Comércio e Cooperação entre a União Europeia e o Reino Unido, que institui um número considerável de regimes preferenciais em várias áreas, os efeitos são ainda mais visíveis e profundos.

Entretanto, na última semana, a novela 'brexitiana' avançou para mais um capítulo sem fim. Num momento do retomar das reuniões com a Comissão Europeia e das negociações referentes ao impasse sobre a questão do Protocolo da Irlanda do Norte, a ministra dos Negócios Estrangeiros britânica, Liz Truss (que assumiu a pasta das negociações em dezembro de 2021, após a demissão do então secretário de Estado David Frost), anunciou uma nova etapa nas negociações, "de soluções práticas razoáveis", segundo as suas palavras. A União Europeia, por sua vez, deverá continuar o seu pragmatismo: Maros Sefcovic, vice-presidente da Comissão Europeia, afirmou que o objetivo da União Europeia é a "estabilidade e previsibilidade".

Contudo, a forma de negociação britânica ao longo de todo o processo sempre se pautou por apresentar problemas e ameaças ao invés de soluções. Exemplo claro é, na sequência das palavras da ministra, a referência ao desejo do Governo britânico em acionar o Artigo 16.º do Protocolo da Irlanda do Norte no intuito de alterar, de forma unilateral, o sistema regulatório aplicável na entrada de bens da ilha da Grã-Bretanha no território da Irlanda do Norte (que faz fronteira com um Estado-membro da União Europeia), bem como a linha vermelha referente ao Tribunal Europeu de Justiça, outro capítulo dos impasses e volte-faces. Em causa estão o papel e a supervisão pelo Tribunal de Justiça da União Europeia nos litígios comerciais.

O processo do 'Brexit' teve avanços e recuos, como se de marés se tratasse; mas, neste caso, a maré não se move a favor do Reino Unido, que tem refletido aspetos negativos, não só nas consequências económicas, mas igualmente na opinião pública britânica: 60% dos britânicos inqueridos numa sondagem elaborada pelo jornal "The Observer", no fim do ano passado, declararam que estão insatisfeitos com o 'Brexit' e com os reflexos económicos, políticos e sociais resultantes deste contexto.

<https://expresso.pt/opiniaao/a-nova-muralha-de-adriano/>

O Governo britânico não soube preparar-se para o que significaria o 'Brexit', não acautelando as consequências reais de uma decisão irrefletida, à forma de ser e fazer britânica — ou, em bom português, "para inglês ver".